

FREDERICO AMADO
ANDRÉ LUIZ COELHO LISBOA
VINÍCIUS CAMARGOS MARTINS

Jurisprudência Previdenciária da

TNU

Organizada por assunto

4ª
edição

Revista, atualizada
e ampliada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM


www.editorajuspodivm.com.br



JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMAS MISTOS


CAPÍTULO 1 – SALÁRIO-MATERNIDADE

1. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA SEGURADA EMPREGADA


Tema	342	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Afetado
Questão Controvertida	Saber se incide contribuição previdenciária, cota da empregada, sobre o salário-maternidade no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.				
Tese Firmada					
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 5000526-28.2023.4.04.7209/SC	Juiz Federal Neian Milhomem Cruz	19/10/2023	-	-	-

2. FORMA DE CÁLCULO QUANDO O FATO GERADOR OCORRE NO PERÍODO DE GRAÇA

Tema	202	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber qual a regra aplicável para o cálculo da renda mensal do salário-maternidade devido à segurada que, à época do fato gerador da benesse, se encontre no período de graça, com última vinculação ao RGPS na qualidade de segurada empregada.				

Tese Firmada	O cálculo da renda mensal do salário-maternidade devido à segurada que, à época do fato gerador da benesse, se encontre no período de graça, com última vinculação ao RGPS na qualidade de segurada empregada, deve observar a regra contida no artigo 73, inciso III, da Lei nº 8.213/91.				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 5075016-04.2016.4.04.7100/RS	Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri	21/02/2019	27/05/2019	-	02/07/2019

3. SEGURADA DESEMPREGADA

Tema	113	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber se a segurada desempregada faz jus à percepção de salário-maternidade.				
Tese Firmada	O salário-maternidade é devido mesmo nos casos de desemprego da gestante, hipótese em que deverá ser pago diretamente pela Previdência Social.				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 2010.71.58.004921-6/RS	Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros	13/11/2013	18/11/2013	-	03/12/2013

• **Processo nº 5010236-43.2016.4.04.7201/SC**

O pagamento de indenização trabalhista à empregada demitida sem justa causa, correspondente ao período em que a gestante gozaria de estabilidade, exclui o fundamento racional do pagamento do benefício de salário-maternidade, caso reste demonstrado que a quantia paga pelo ex-empregador abrange os salários que deveriam ser recebidos pela segurada no período da estabilidade. (Boletim em 14.09.2017)

4. SEGURADA GESTANTE NA PANDEMIA COVID-19

Tema	335	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Afetado
Questão Controvertida	Saber se é devido o pagamento de salário maternidade à segurada gestante cujo serviço desempenhado é incompatível com a prestação de atividades à distância, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.151/2021, que prevê o afastamento das atividades presenciais da segurada gestante durante a emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.				
Tese Firmada	-				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 5029053-17.2021.4.03.6100/SP	Juíza Federal Lilian Oliveira da Costa Tourinho	16/08/2023	-	-	-

5. ADOÇÃO DE MENOR ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE

Tema	344	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Afetado
Questão Controvertida	Saber se é devido salário-maternidade em razão de adoção de menor acima de doze anos de idade.				
Tese Firmada	-				


Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
EDILEF 1006649-81.2020.4.01.3820/MG	Juíza Federal Lilian Oliveira da Costa Tourinho	19/10/2023	-	-	-

6. AO GENITOR, EM CASO DE ÓBITO DA SEGURADA, ANTES DA LEI 12.873/13

Tema	236	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Revisado - RE 1333622/MG
Questão Controvertida	Se é cabível o pagamento de salário-maternidade em favor do genitor, no caso de falecimento de segurada que a ele faria jus, no caso de o óbito da mãe ser anterior à edição da Lei nº 12.873/2013, que incluiu o art. 71-B na Lei nº 8.213/91.				
Tese Firmada	É cabível a concessão de salário-maternidade em favor do genitor segurado em caso de óbito da mãe ocorrido após o parto, pelo período remanescente do benefício, ainda quando o óbito tenha ocorrido antes da entrada em vigor da Lei n. 12.873/2013 (que incluiu o art. 72-B na Lei 8.213/91).				
Informações Complementares	RE 1333266/MG: [...] Desse modo, se não existia, à época do falecimento da mãe, previsão de outorga do salário-maternidade ao genitor pelo tempo restante de percepção do benefício – o que só veio a ocorrer com a entrada em vigor da Lei n. 12.873/2013 –, a concessão do salário-maternidade sem previsão legal ofende o princípio tempus regit actum, bem assim viola a orientação constitucional quanto a se ter a indicação prévia da fonte de custeio (CF, art. 195, § 5º)[...]				
Informações Complementares					

Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 0072880-17.2013.4.01.3800/MG	Juíza Federal Polyana Falcão Brito	06/11/2019	26/2/2021	-	18/08/2022

7. COMPROVAÇÃO DA SEGURADA ESPECIAL

Tema	11 e 17	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber se é necessário início de prova material no período de carência em salário-maternidade de segurada especial.				
Tese Firmada	A exigência de início de prova material para concessão do salário-maternidade à segurada especial pode ser flexibilizada.				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 2009.32.00.704394-5/ AM	Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho	04/10/2011	28/10/2011	-	18/11/2011

CAPÍTULO 2 – AUXÍLIO-RECLUSÃO

1. INSTITUIDOR

1.1. SEGURADO FACULTATIVO BAIXA-RENDA

1.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO OBJETIVO

Tema	169	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber se, para fins de concessão do benefício de auxílio-reclusão, é possível a flexibilização do critério objetivo adotado pela Constituição Federal (art. 13 da EC n. 20/98) para definição do segurado de baixa renda (art. 201, IV, da CF).				
Tese Firmada	"É possível a flexibilização do conceito de "baixa-renda" para o fim de concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão desde que se esteja diante de situações extremas e com valor do último salário-de-contribuição do segurado preso pouco acima do mínimo legal – "valor irrisório"."				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 0000713-30.2013.4.03.6327/SP	Juiz Federal Ronaldo José da Silva	24/11/2016	01/03/2018	-	27/03/2018


1.1.2. DIVISOR NOS 12 MESES ANTERIORES À PRISÃO


Tema	310	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Para fins de enquadramento de segurado de baixa renda em pedido de auxílio-reclusão, o cálculo da renda média do segurado recluso deve considerar a soma dos salários de contribuição vertidos no período de 12 meses anteriores à prisão, divididos pelo divisor 12, ou se admite a redução do divisor, caso não tenha havido, nesse período, algum mês sem recolhimento de contribuição?				

Tese Firmada	A partir da vigência da Medida Provisória 871/2019, convertida na Lei 13.846/2019, a aferição da renda para enquadramento do segurado como baixa renda, visando à concessão de auxílio-reclusão, dá-se pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão, computando-se no divisor apenas o número de salários de contribuição efetivamente existentes no período.				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 5027480-64.2020.4.04.7000 /PR	Juiz Federal Francisco Glauber Pessoa Alves	06/10/2022	20/04/2023 18/08/2023 (ED)	08/05/2023	20/09/2023

1.2. DESEMPREGADO

Tema	133	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Desafetado
Questão Controvertida	Saber qual o momento em que deve ser aferida a renda do segurado desempregado recolhido à prisão, para fins de percepção do benefício de auxílio-reclusão.				
Tese Firmada	Tema 896 STJ: Para a concessão de auxílio-reclusão (art. 80 da Lei 8.213/1991) no regime anterior à vigência da MP 871/2019, o critério de aferição de renda do segurado que não exerce atividade laboral remunerada no momento do recolhimento à prisão é a ausência de renda, e não o último salário de contribuição.				

Informações Complementares	<p>O STF, por meio do tema 1.017, afirmou que a matéria é de cunho infraconstitucional, razão pela qual é aplicável o tema 896STJ.</p> 				
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado (Tema 896 STJ)
PEDILEF 0061802-74.2009.4.03.6301/ SP	Juiz Federal Rui Costa Gonçalves	-	22/05/2017	-	20/09/2021

Tema	31	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Revisado Tema 896/STJ
Questão Controvertida	Saber qual o momento em que deve ser aferida a renda do segurado desempregado recolhido à prisão, para fins de percepção do benefício de auxílio-reclusão.				
Tese Firmada	Tema 896 STJ: Para a concessão de auxílio-reclusão (art. 80 da Lei 8.213/1991) no regime anterior à vigência da MP 871/2019, o critério de aferição de renda do segurado que não exerce atividade laboral remunerada no momento do recolhimento à prisão é a ausência de renda, e não o último salário de contribuição.				
Entendimento Anterior	O valor a ser considerado, para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento (Tema 31/TNU).				
Informações Complementares	<p>O STF, por meio do tema 1.017, afirmou que a matéria é de cunho infraconstitucional, razão pela qual é aplicável o tema 896STJ.</p> 				

Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 2007.70.59.003764-7/ PR	Juiz Federal Alcides Saldanha Lima	18/11/2011	19/12/2011	-	24/01/2012

Tema/Repetitivo	896	Situação do Tema	Trânsito em Julgado	Órgão Julgador	PRIMEIRA SEÇÃO			Assuntos	
Questão submetida a julgamento		Definir o critério de renda (se o último salário de contribuição ou a ausência de renda) do segurado que não exerce atividade remunerada abrangida pela Previdência Social no momento do recolhimento à prisão para a concessão do benefício auxílio-reclusão (art. 80 da Lei 8.213/1991).							
Tese Firmada		Para a concessão de auxílio-reclusão (art. 80 da Lei 8.213/1991), o critério de aferição de renda do segurado que não exerce atividade laboral remunerada no momento do recolhimento à prisão é a ausência de renda, e não o último salário de contribuição.							
Anotações Rupec		Ver Tema de Repercussão Geral 89/STF - Renda a ser usada como parâmetro para a concessão de auxílio-reclusão.							
Repercussão Geral		Tema 1017/STF - Critérios legais de aferição da renda do segurado, para fins de percepção do benefício do auxílio-reclusão.							
Ramo do Direito		DIREITO PREVIDENCIÁRIO							
Processo	Tribunal de Origem	RRC	Relator	Data de Afetação	Julgado em	Acórdão Publicado em	Embargos de Declaração	Trânsito em Julgado	
Resp 1485417/MS Puh	TRF3	Não	HERMAN BENJAMIN	08/10/2014	22/11/2017	02/02/2018 RGR	-	03/04/2018	
Resp 1485416/SP Puh	TRF3	Não	HERMAN BENJAMIN	08/10/2014	22/11/2017	-	-	-	

Processo desafetado em 02/02/2018.
Observação Afetação cancelada: "Considerando-se que o Recurso Especial 1.485.417/MS apresenta fundamentos suficientes para figurar como representativo da presente controvérsia, este recurso deixa de se submeter ao rito do art. 543-C do CPC/1973 (atual 1.036 do CPC/2015) e da Resolução STJ 8/2008." (Item 1 do voto constante do acórdão publicado no DJe de 02/02/2018).



• STF:

EMENTA: Recurso extraordinário com agravo. Previdenciário. Benefício de auxílio-reclusão. Requisitos legais para a concessão. Aferição de renda. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia sobre os critérios legais de aferição da renda do segurado, para fins de percepção do benefício do auxílio-reclusão. (ARE 1163485 RG, Relator(a): Min^o MINISTRO PRESIDENTE, julgado em 15/11/2018, DJe-257 DIVULG 30-11-2018 PUBLIC 03-12-2018).

• Processo nº 0045092-42.2010.4.03.6301

Para fins de pedido de concessão de auxílio-reclusão, deve ser considerada a legislação vigente à época do evento prisão, sendo devido o benefício aos dependentes do segurado que na data do efetivo recolhimento não possuir salário de contribuição, desde que mantida a qualidade de segurado. (Boletim em 18.02.2016)

1.3. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL

- Processo nº 0002602-60.2014.4.03.6302

Inexiste questão material apta a ser examinada pela TNU em incidente a respeito da possibilidade de flexibilização do critério legal para aferição da condição de baixa renda necessária à concessão do benefício de auxílio-reclusão. Assim, acaso não enquadrado o último salário de benefício recebido pelo segurado no parâmetro adotado pelo ordenamento jurídico, não há de se falar em averiguação, pela TNU, da viabilidade de deferimento da benesse, já que isso implicaria emissão de juízo de valor extremamente subjetivo, incompatível com a função da Turma de Uniformização, a quem, igualmente, não cabe assumir o papel de legislador. (Boletim em 30.03.2017)

1.4. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO

- PUIL nº 5012330-77.2019.4.04.7000/PR

A TNU firmou entendimento no sentido de que até o início da vigência da Medida Provisória nº 871/2019, a progressão para o regime de prisão semiaberto não é causa de cessação do auxílio-reclusão. (Boletim em 12.03.2020)

2. DEPENDENTES

2.1. DATA DE CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB)

- PUIL nº 0513801-64.2018.4.05.8100/CE

A TNU entendeu que a norma do art. 77, § 2º, da Lei nº 8.213/91 também se aplica ao benefício de auxílio-reclusão, de modo que este pode ter prazo de duração inferior à prisão, observadas as hipóteses ali estabelecidas. (Boletim em 18.09.2019)

2.2. PRESCRIÇÃO DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ

- PUIL nº 0533967-87.2018.4.05.8013/AL

A TNU uniformizou o entendimento de que em se tratando de filho menor absolutamente incapaz à época da prisão do genitor (segurado), milita em seu favor cláusula impeditiva da prescrição, razão pela qual, não se aplica nos casos desse jaez o art. 74, II, da Lei nº 8.213/91 (com a redação da Lei nº 9.528/1997), sendo o benefício de auxílio-reclusão devido desde a data da prisão do instituidor. (Boletim em 22.08.2019)

2.3. CONCEPÇÃO APÓS A PRISÃO

- Processo nº 0500965-76.2016.4.05.8311/PE

Afirmada a tese de que, em princípio, o fato de o beneficiário ter sido concebido após a prisão ou ter nascido 300 dias após o recolhimento do segurado não impede, por si só, o direito ao auxílio-reclusão. (Boletim em 25.10.2017)

CAPÍTULO 3 – QUALIDADE DE SEGURADO

1. SEGURADOS


1.1. SEGURADO FACULTATIVO


1.1.1. ATIVIDADE INFORMAL

Tema	241	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida		Saber, para os fins do art. 21, § 2º, II, da Lei 8.212/91, se renda própria decorrente de atividade informal e de baixa expressão econômica impossibilita a validação dos recolhimentos efetuados na condição de segurado facultativo.			
Tese Firmada		O exercício de atividade remunerada, ainda que informal e de baixa expressão econômica, obsta o enquadramento como segurado facultativo de baixa renda, na forma do art. 21, §2º, II, alínea 'b', da Lei 8.212/91, impedindo a validação das contribuições recolhidas sob a alíquota de 5%.			

Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 0179893-64.2016.4.02.5151/RJ	Juiz Federal Ivanir César Ireno Júnior	06/11/2019	27/10/2021	-	01/12/2021

1.1.2. “BAIXA RENDA E CADÚNICO”


Tema	181	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber se a prévia inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico é requisito essencial para validação das contribuições previdenciárias vertidas na alíquota de 5% (art. 21, § 2º, inciso II, alínea “b” e § 4º, da Lei 8.212/1991 - redação dada pela Lei n. 12.470/2011).				
Tese Firmada	A prévia inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico é requisito essencial para validação das contribuições previdenciárias vertidas na alíquota de 5% (art. 21, § 2º, inciso II, alínea “b” e § 4º, da Lei 8.212/1991 - redação dada pela Lei n. 12.470/2011), e os efeitos dessa inscrição não alcançam as contribuições feitas anteriormente.				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 0000513-43.2014.4.02.5154/RJ	Acórdão: Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos	26/06/2018	22/11/2018	-	25/01/2019

Tema	285	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Quais são os efeitos previdenciários da falta de atualização do CadÚnico?				
Tese Firmada	A atualização/revalidação extemporânea das informações do CadÚnico, realizada antes da exclusão do cadastro na forma regulamentar, autoriza a validação retroativa das contribuições pela alíquota de 5%, desde que comprovados os requisitos de enquadramento como segurado facultativo, na forma do art. 21, §2º, II, alínea b', da Lei 8.212/91				
Informações Complementares					
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 5018761-55.2018.4.04.7100/RS	Juiz Federal Luis Eduardo Bianchi Cerqueira	25/02/2021	16/11/221	-	25/01/2022


1.2. ALUNO-APRENDIZ

ENUNCIADO	18
TESE FIRMADA	Para fins previdenciários, o cômputo do tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz exige a comprovação de que, durante o período de aprendizado, houve simultaneamente: (i) retribuição consubstanciada em prestação pecuniária ou em auxílios materiais; (ii) à conta do Orçamento; (iii) a título de contraprestação por labor; (iv) na execução de bens e serviços destinados a terceiros.
DATA DA PUBLICAÇÃO	DJ DATA 07/10/2004 PG: 00764 (ALTERADA NA SESSÃO DE 14/02/2020) DJe nº 21/2020. DATA: 19/02/2020 PG: 00002
PRECEDENTE VINCULADO	PEDILEF n. 0525048-76.2017.4.05.8100, julgamento: 14/02/2020

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
-----------------------------------	---

Tema	216	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	Saber se para o cômputo do tempo de estudante como aluno-aprendiz de escola pública profissional, objetivando fins previdenciários, exige-se além da remuneração, mesmo que indireta, a comprovação da presença de algum outro requisito em relação à execução do ofício para o qual recebia a instrução.				
Tese Firmada	<p>Para fins previdenciários, o cômputo do tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz exige a comprovação de que, durante o período de aprendizado, houve simultaneamente:</p> <p>(i) retribuição consubstanciada em prestação pecuniária ou em auxílios materiais;</p> <p>(ii) à conta do Orçamento;</p> <p>(iii) a título de contraprestação por labor;</p> <p>(iv) na execução de bens e serviços destinados a terceiros.</p>				
Informações Complementares	<p>Alterada a redação da Súmula 18 TNU.</p> 				
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 0525048-76.2017.4.05.8100/CE	Juiza Federal Polyana Falcão Brito	22/08/2019	20/02/2020	-	06/05/2020

Tema	12	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Revisado Tema 216/TNU
Questão Controvertida	Saber se pagamento de remuneração indireta a aluno aprendiz autoriza respectiva contagem de tempo de serviço para fins previdenciários.				

Tese Firmada	<p>Para fins previdenciários, o cômputo do tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz exige a comprovação de que, durante o período de aprendizado, houve simultaneamente:</p> <p>(i) retribuição consubstanciada em prestação pecuniária ou em auxílios materiais;</p> <p>(ii) à conta do Orçamento;</p> <p>(iii) a título de contraprestação por labor;</p> <p>(iv) na execução de bens e serviços destinados a terceiros.</p>				
Entendimento Anterior	<p>É admissível para fins previdenciários o tempo de aprendiz prestado em escola técnica federal, desde que comprovada a remuneração indireta.</p>				
Informações Complementares	<p>Tese firmada no Tema 216 TNU e Súmula 18 TNU.</p> 				
Processo / UF	Relator (a)	Afetação	Acórdão Publicado	Embargos Declaratórios	Trânsito em Julgado
PEDILEF 2008.50.51.000239- 6/ ES	Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa	04/10/2011	28/10/2011	-	18/11/2011

1.3. SEMINARISTA

Tema	66	Assunto	Direito Previdenciário	Situação	Transitado
Questão Controvertida	<p>Saber se é possível o reconhecimento da atividade de seminarista como tempo de serviço para fins previdenciários da mesma forma como se dá ao aluno aprendiz.</p>				
Tese Firmada	<p>O tempo de seminarista em congregação religiosa se aproveita para fins previdenciários, desde que atendidos os mesmos pressupostos exigidos do aluno aprendiz de escola pública profissionalizante.</p>				